

Um problema de representatividade

Luiz Orlando Carneiro *

Até bem recentemente, a impressão geral era a de que o próximo presidente da República, eleito em dois turnos, possivelmente por uma expressiva



maioria de votos, teria a força, a representatividade e a legitimidade necessárias para impor ao Congresso, com inegável respaldo popular, sua vontade política e seu plano de governo.

O candidato Fernando Collor de Mello, tido como imbatível lá pela metade do ano, chegou a sonhar acordado com uma vitória esmagadora no primeiro turno — resultado que dele faria, pelo menos em tese, um presidente potencialmente mais forte do que Jânio Quadros, quando, em 1960, com 48% dos votos, derrotou o marechal Henrique Teixeira Lott.

Com a redução da candidatura Collor a proporções mais modestas e a perturbação do já acirrado processo sucessório, com o incrível lançamento da candidatura Silvío Santos, a corrida pelo Palácio do Planalto ficou tão embolada na reta final que poucos analistas acreditam que o vencedor do turno de novembro tenha mais de 25% dos votos do eleitorado.

Mesmo que a justiça eleitoral acabe por impugnar a candidatura do popular empresário e animador de televisão, não se deve menosprezar sua capacidade de eleitor privilegiado. Se Silvío Santos decidiu entrar no páreo presidencial pela porta dos fundos do processo político-eleitoral, aparentemente sem se importar com a indignação da opinião pública mais respeitável do país, não é de se supor que volte docilmente para seus programas dominicais, sem procurar influir na rota da sucessão.

As últimas pesquisas estão a indicar a repartição da maioria dos votos entre os quatro candidatos com os quais mais se identificaram as camadas sócio-culturais menos favorecidas: Collor, Silvío Santos, Brizola e Lula. Pela média dos três principais institutos de opinião pública (Ibope, Gallup, Data-Folha), esses quatro somam as intenções de voto de 65% do eleitorado, levando vantagem os dois postulantes execrados pela esquerda (Collor e Silvío Santos), que detêm a preferência de 40% dos eleitores.

Caso Silvío Santos seja confirmado candidato, admite-se, portanto, que o dono da TVS e o ex-governador de Alagoas passem para o segundo turno, ungidos pelo peso eleitoral do "povão", mas levando como contrapeso um percentual bem razoável de rejeição, certamente não inferior a 30%. Tal rejeição teria de se expressar na prática do voto em branco ou na sua anulação.

Ainda a julgar pelas últimas pesquisas, a parcela de eleitores disposta a

anular o voto ou a votar em branco, no primeiro turno, é de 5%. A possível ascensão de Collor e Silvío Santos ao segundo turno elevaria esse percentual, conforme alguns analistas, para algo em torno de 35%. Quer dizer, o primeiro presidente a ser eleito por voto direto, depois de 29 anos, e em dois turnos, poderia receber menos votos do que a soma de nulos e brancos.

Tal situação seria ideal para o recrutamento de manifestações pró-parlamentarismo, antes da revisão constitucional prevista para 1993, em cima de base congressual formada pelos partidos de esquerda e pelo resíduo da frente parlamentarista que não foi desmobilizada.

Deputados parlamentaristas acham que, ganhe a direita ou a esquerda o segundo turno de dezembro, a representatividade do sucessor do presidente Sarney será imediatamente contestada pelas forças político-ideológicas derrotadas, num panorama partidário onde só sobreviverão os partidos nitidamente de esquerda. Para eles, um governo de união nacional, refletindo um pacto político-social, só será possível num sistema parlamentar de governo — o único que pode criar condições, também, para uma reorganização do quadro político-partidário, mortalmente atingido neste processo eleitoral, desfigurado que foi pelas legendas de aluguel e pelas cenas de infidelidade eleitoral explícita.

* Diretor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília